

							
legislação	consultoria	assessoria	informativos	treinamento	auditoria	pesquisa	qualidade

Relatório Trabalhista

Nº 099

11/12/95

INSS - ACORDOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO PROCEDIMENTOS

O que é processo trabalhista ?

O processo do trabalho é o método segundo o qual são conciliados e julgados dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, bem como as demais controvérsias oriundas das relações trabalhistas regidas pelo Direito do Trabalho.

É de competência das Juntas de Conciliação e Julgamento e dos Juízes de Direito - nas localidades onde aquelas não existem - julgarem, em primeira instância, os dissídios do trabalho.

São partes no processo trabalhista:

- Reclamante: quem faz a reclamação - o empregado;
- Reclamada(o): quem sobre a reclamação - a empresa/empregador.

O processo trabalhista se encerra por:

- Acordo entre as partes: nesta hipótese, o valor a ser pago é ajustado entre as partes mediante acordo que, após homologado pelo Juiz, constitui-se em decisão irrecorrível;
- Sentença judicial transitada em julgado: é a decisão irrecorrível em que o juiz fixa o valor a ser pago.

O que integra no salário-de-contribuição ?

- as parcelas legais de incidência da contribuição previdenciária, discriminadas nos acordos homologados ou nas sentenças, atualizadas monetariamente até a data do efetivo pagamento;
- o valor total do acordo homologado ou da sentença, em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais de incidência de contribuição previdenciária;
- os pagamentos efetuados pela empresa, a título de adiantamento de ações trabalhistas em curso, na competência em
- que forem realizados.

Obs:

a) não se considera, como discriminação de parcelas legais de incidência de contribuição previdenciária, a fixação de percentual de verbas remuneratórias e indenizatórias constantes dos acordos homologados, aplicando-se, nessa hipótese, o valor total do acordo homologado ou da sentença;

b) não se considera salário-de-contribuição o valor total do acordo ou sentença, quando na petição inicial constarem apenas parcelas indenizatórias.

c) excluem-se do salário-de-contribuição os juros que não se refiram a atualização monetária e às multas incluídas em acordo ou sentença.

Como é recolhido ?

Prazo de recolhimento:

O recolhimento das contribuições deverá ser efetuado em GRPS até o dia 2 do mês subsequente ao de competência (não havendo expediente bancário, recolhe-se no dia imediatamente seguinte), salvo se o pagamento for efetuado parceladamente, por decisão judicial. Os valores das contribuições serão convertidos em quantidade de UFIR, pelo valor desta, no 1º dia do mês subsequente ao da competência.

Contribuição do empregado:

A empresa recolherá como contribuição do empregado a alíquota mínima (8%), aplicada sobre o total pago, desconsiderando-se o limite máximo, ainda que o acordo ou sentença se refira a várias competências.

O desconto da contribuição legalmente autorizada presume-se feito oportuna e regularmente pelo empregador a isto obrigado, não lhe sendo lícito alegar omissão para se eximir do recolhimento, ficando diretamente responsável pela importância que deixou de receber ou arrecadar em desacordo com o disposto na legislação vigente.

Preenchimento da GRPS:

A GRPS para o recolhimento da contribuição será preenchida de acordo com o “ Manual de preenchimento da GRPS “, da seguinte maneira:

campo 08 - registrar:

- número do feito (nº do processo e identificação da Junta de Conciliação e Julgamento/Juízo);
- nome do reclamante;
- data do pagamento da sentença ou acordo.

campo 11 - registrar:

- o código normal da empresa, em função de sua atividade econômica.

campo 13 - registrar:

- como competência, a do mês do pagamento da sentença, a do acordo ou, no caso de pagamento parcelado, a do mês do pagamento de cada parcela.

campo 16 - registrar:

- o valor decorrente da aplicação da alíquota mínima (8%), sobre o salário-de-contribuição, desconsiderando o limite máximo.

campos 17 e 18 - preencher:

- conforme o “Manual”.

campo 23 - registrar:

- o valor da atualização monetária devida a partir da data prevista para o seu recolhimento, utilizando-se o mesmo indexador utilizado para as demais contribuições arrecadadas pelo INSS.

campo 24 - registrar:

- o valor correspondente a juros e multas, calculado sobre o valor atualizado monetariamente, devido a partir da data prevista para o vencimento e obedecida a legislação vigente da competência a que se referir.

Empregador doméstico:

O empregador doméstico deverá recolher as contribuições, preferencialmente, em carnê, ou, na falta deste, em GRPS-3, em guia única, preenchida no ato da inscrição do empregado doméstico.

A guia deverá ser preenchida de acordo com a OS CONJUNTA INSS/DARFDISES nº 7, de 16/04/92, observando, no entanto:

campo 08 - registrar:

- nº do feito (nº do processo e identificação da Junta de Conciliação e Julgamento/Juízo);
- nome do reclamante;
- data do pagamento da sentença ou acordo.

Obs.: na hipótese do recolhimento não ser efetuado em GRPS, esses registros deverão ser feitos no verso do carnê.

campo 10 - registrar:

- o número da matrícula específica, atribuída com o código /9.

campo 11 - registrar código 205.

campo 13 - registrar:

- como competência , a do mês do pagamento da sentença, a do acordo ou, no caso de pagamento parcelado, a do mês do pagamento de cada parcela.

campo 23 - registrar:

- o valor da atualização monetária devida a partir da data prevista para o seu recolhimento, utilizando-se o mesmo indexador utilizado para as demais contribuições arrecadadas pelo INSS.

campo 24 - registrar:

- o valor correspondente a juros e multas, calculado sobre o valor atualizado monetariamente, devido a partir da data prevista para o seu vencimento e obedecida a legislação vigente da competência a que se referir.

Fds.: Ordem de Serviço nº 92, de 16/09/93, DOU de 21/09/93, da Diretoria de Arrecadação e Fiscalização da Previdência Social.

Obs.: Esta orientação não abrange aos empregados rurais, tendo tratamento diferenciado.

SÍNTESE

SERVIÇO MILITAR INICIAL - CONVOCAÇÃO ANO 1997

O Decreto nº 1.729, de 06/12/95, DOU de 07/12/95, aprovou o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 1997.
Segundo o Decreto, são convocados à prestação do Serviço Militar Inicial todos os brasileiros da classe de 1978, e anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar.

X CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - QUALIDADE DE VIDA

O Decreto nº 1.727, de 04/12/95, DOU de 05/12/95, convocou a X Conferência Nacional de Saúde à ser realizado de 12 a 16 de agosto de 1996, em Brasília, sob os auspícios do Ministério da Saúde.
A Conferência desenvolverá os seus trabalhos sob a inspiração do tema: “ SUS - CONSTRUINDO UM MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA A QUALIDADE DE VIDA. “

CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - PROJETO

A Portaria Interministerial nº 13, de 29/11/95, DOU de 06/12/95, do Ministério da Previdência e Assistência Social, criou e organizou o Comitê Executivo para definir a situação dos Ministérios que participam do projeto do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS.
O Comitê, tem como competência:

- coordenar as atividades dos respectivos Ministérios no processo de implantação do CNIS, bem como a sua representação institucional junto ao Conselho Gestor do CNIS;
- supervisionar o intercâmbio de informações entre os órgãos e entidades subordinados e vinculados aos respectivos Ministérios, inclusive na sistemática de troca de informações com o CNIS;
- definir o plano de trabalho e o cronograma de ações dos órgãos e entidades subordinados e vinculados aos respectivos Ministérios quanto às atividades de implantação do CNIS, com o intuito de viabilizar e agilizar o intercâmbio de informações entre os sistemas e bases de dados por estes administrados.

INFORMAÇÃO

AS NOVIDADES DO IMPOSTO DE RENDA PARA O ANO DE 1996 - MUDANÇAS

Projeto de lei que beneficia contribuinte é aprovado na Câmara e segue agora para o Senado.

Se aprovado pelo Senado e sancionado pelo governo sem alterações, o pacote de mudanças no Imposto de Renda das pessoas físicas irá reduzir valor do imposto. As medidas já passaram pela Câmara.

Um estudo feito pela Consultoria Coopers & Lybrand, comparou o imposto deste ano com o que será pago em 1996 e concluiu que haverá redução na carga. Mas poderá haver perdas para os contribuintes, se a inflação superar 18% em 1996.

O estudo, considerou os meses de janeiro, abril e julho e outubro. Nesses meses, em 1995, um contribuinte com salário líquido de R\$ 1.215,00 pagou imposto total de R\$ 288,83. Nos mesmos meses de 1996, ele pagará ao todo R\$ 189,00, uma redução de 34,56%.

Quais serão as mudanças do IR para o ano de 1996 ?

- As alíquotas serão de 15% e 25%;
- A tabela, corrigida em janeiro em 13,18%, fica congelada em real em 1996. O limite de isenção passa para R\$ 900,00;
- Contribuintes com renda anual de até R\$ 21.458,00, em 1995, e R\$ 27.000,00, em 1996, podem utilizar desconto padrão de 20% da receita;
- O limite de dedução com instrução passa para R\$ 1.700,00, válido apenas para pré-escola, 1º, 2º e 3º graus;
- A parcela da pensão alimentícia destinada a gastos com instrução dos dependentes passa também a ter limite de R\$ 1.700,00;
- Dedução com dependentes sobre para R\$ 1.080,00 no ano;
- Contribuições a previdência privada passam a ser dedutíveis da receita;
- Na declaração de bens deve constar o relatório completo do patrimônio, mas bens de valor inferior a R\$ 5.000,00 não precisarão ser declarados;
- Limites de isenção do imposto sobre ganhos de capital ficam congelados. O valor de venda de único imóvel cai de R\$ 438.775,00 para R\$ 150.000,00;
- Contribuinte com restituição poderá compensá-lo do imposto devido no ano seguinte, caso a Receita demore mais de 10 meses para devolver a quantia;
- Empregados ficam isentos de imposto sobre lucro distribuído pela empresa. *Fonte: O Estado de S. Paulo - dia 10/12/95.*

GOVERNO INVESTIRÁ EM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Ministro do Trabalho, Paulo Paiva, que participou no dia 04/12/95 do painel de debates Rumos do ABC, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, revelou a prioridade de sua pasta para 1996: os investimentos em qualificação e requalificação profissional.

O Ministro não soube dizer quanto será investido na área, mas adiantou que a estrutura de cursos profissionalizantes que o Brasil já possui será incentivada. “ É a saída para os trabalhadores, numa época de rápidas e profundas transformações”, afirmou.

Já o secretário estadual do Trabalho, Walter Barelli, que também participou dos debates, disse que está decepcionado com o andamento da formação da comissão tripartite para a discussão do emprego no Grande ABC, proposta por ele em outubro.

“ Não sei o que ocorreu, mas não houve a mobilização “, afirmou.

Ele espera que até janeiro a comissão esteja atuando. *Fonte: Diário do Grande ABC - dia 06/12/95.*

SEMINÁRIO SOBRE PLR - METALÚRGICOS DO ABC

O Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e da CNM (Confederação Nacional dos Metalúrgicos), Heiguiberto Guiba Navarro, comandou no dia 06/12/95, em São Paulo, um seminário sobre participação nos lucros e resultados. O evento, realizado na sede da confederação, reuniu cerca de 80 representantes metalúrgicos de várias partes do País. A tônica dos debates foi os acordos celebrados junto às montadoras do Grande ABC. *Fonte: Diário do Grande ABC - dia 07/12/95.*

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Quem é segurado facultativo perante a Previdência Social ?

O segurado facultativo é o maior de 14 anos de idade que se filiar ao regime geral da Previdência Social, mediante contribuição, tal como: dona de casa; síndico de condomínio; estudante; aquele que deixou de ser segurado obrigatório; e o brasileiro residente e domiciliado no exterior (Port. 2.795, de 22/11/95).

Não poderão se inscrever como segurado facultativo: o segurado obrigatório e o servidor público federal, estadual ou municipal.

O segurado especial que obrigatoriamente contribui com 2,3% sobre o valor da comercialização da sua produção, também poderá contribuir facultativamente na escala de salário-base, objetivando aumentar o valor dos benefícios a que faz jus.

Para fazer a sua assinatura, entre no site www.sato.adm.br

O que acompanha na assinatura ?

- informativos editados duas vezes por semana (3ª e 6ª feiras);
- CD-Rom Trabalhista (guia prático DP/RH) devidamente atualizado;
- consultas trabalhistas por telefone e por e-mail (sem limite);
- acesso integral às páginas do site (restritas apenas aos assinantes);
- notícias de urgência ou lembretes importantes, por e-mail;
- requisição de qualquer legislação, pertinente a área, além dos arquivos disponibilizados no CD-Rom Trabalhista;
- descontos especiais nos eventos realizados pela Sato Consultoria de Pessoal (cursos, palestras e treinamento in company).

Todos os direitos reservados

Todo o conteúdo deste arquivo é de propriedade de V. T. Sato (Sato Consultoria). É destinado somente para uso pessoal e não-comercial. É proibido modificar, licenciar, criar trabalhos derivados, transferir ou vender qualquer informação, sem autorização por escrito do autor. Permite-se a reprodução, divulgação e distribuição, mantendo-se o texto original, desde que seja citado a fonte, mencionando o seguinte termo:
"fonte: sato consultoria - www.sato.adm.br"